Crise faz Sarney cancelar viagens

Visita a Angola, Índia e China fica sem data fixa para se realizar

LIANA SABO
Da Editoria de Internacional

A viagem do presidente José Sarney a Angola, Índia e China entre os dias 8 a 18 de maio está suspensa, em função de uma série de dificuldades que o Governo enfrenta como a crise econômica, a renegociação da dívida externa, a indefinição do mandato do Presidente e até mesmo os rumores de golpe. Por tudo isso, Sarney achou que não era hora de se afastar do País.

Sua decisão foi comunicada informalmente às lideranças no Congresso, às quais o Presidente informou que a viagem estava adiada sine die, revelou ontem o líder do PMDB na Câmara, deputado Luis Henrique. O Palácio do Planalto, porém, não quis confirmar o cancelamento antes de os três países receberem a comunicação do adiamento.

Isto será feito hoje pelo Itamarati de dois modos: através das embaixadas brasileiras em Luanda, Nova Delhi e Pequim e diretamente aos embaixadores da Índia e da China, uma vez que o primeiro embaixador de Angola, já designado, ainda não chegou ao Brasil.

O ministro interino das Relações Exteriores, Paulo Barso Flecha de Lima, deverá chamar separadamente os embaixadores da Índia, Prakash Dilgagh, e da China, Tao Dazhao, pa-

ra comunicar-lhes a decisão do presidente José Sarney.

Na avaliação do Itamarati, o adiamento dessas visitas poderá ser benéfico, uma vez que haverá mais tempo para planejar a primeira viagem do presidente Sarney à Ásia, observou uma fonte. Na verdade, a visita à Índia estava cercada de problemas. Os indianos não gostaram nada de que seu país fosse incluído no roteiro de Sarney como escala para China. Eles acha que, devido às posições coincidentes entre o Brasil e a Índia nos foros políticos multilaterais — e também por ser uma retribuição à visita de Indira Gandhi ao Brasil em 1968 — a visita de Sarney deveria ser realizada com muita pompa e importância.

Na opinião do governo indiano, a passagem de Sarney pela Índia estaria ofuscada pela visita que ele faria imediatamente à China, país com o qual a Índia mantém uma secular rivalidade. Além disso, diplomatas indianos insistiram que maio não é o mês adequado para visitas presidenciais. Nos meses de maio, junho e julho, a temperatura local chega a elevar-se a 45 graus, tornando o clima insuportável até para os próprios indianos, que costumam ter nesta época do ano uma espécie de recesso branco.

Apesar de todas essas ponderações, o Itamarati forçou a visita à Índia para

onde despachou na semana passada o chefe do Departamento de Ásia e Oceania, embaixador Paulo Sérgio Rouanet, acompanhado de dois outros diplomatas dos departamentos de Promoção Comercial e Cultural, encarregados de preparar a parte substantiva da viagem de Sarney.

Em Brasília, a embaixada da Índia reagiu ontem com surpresa quando soube, através de um repórter, que a visita havia sido cancelada. Uma funcionária informou que os preparativos estavam em andamento e a seção consular já havia recebido vários pedidos de visto para funcionários brasileiros.

O primeiro sinal de que a visita não aconteceria foi recebido pela embaixada da China, na segunda-feira. Um alto funcionário do Palácio do Planalto marcou um encontro com diplomatas chineses para tratar da viagem de Sarney e não compareceu.

Com relação a Angola, os preparativos ainda eram muito preliminares. Até agora, o Itamarati ainda não havia recebido uma confirmação do presidente angolano, José Eduardo Santos, para receber Sarney nos dias 9 e 10 de maio. É que o presidente de Angola estava, até o final da semana passada, realizando coincidentemente quase o mesmo roteiro planejado por Sarney. Santos visitou Índia, China e Coreia do Norte.

Situação interna explica decisão

O presidente José Sarney suspendeu a viagem que faria à Índia e à China na primeira quinzena de maio, mas deverá cumprir o calendário de visitas aos outros países, como o Uruguai. A decisão será anunciada pelo Presidente da República, provavelmente hoje, quando encaminhará telegramas às representações diplomáticas daqueles países e fará a comunicação às lideranças da Aliança Democrática.

De acordo com informa-

ções de fonte do Palácio do Planalto, ao suspender a viagem a esses países, o Presidente demonstra sua preocupação com os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, especialmente quanto à fixação do prazo do mandato presidencial. Outros assessores do Palácio do Planalto informam, entretanto, que a maior preocupação do presidente José Sarney está relacionada com a situação econômico-financeira que o País está atravessando,

com o crescente movimento de pressões de todos os segmentos da população.

De acordo com essas fontes, José Sarney prefere aguardar por mais algum tempo para cumprir o roteiro de viagens ao exterior, principalmente porque as conversações para um acordo em torno da dívida externa brasileira não apresentaram indícios de que os credores estejam dispostos a negociar nos pontos propostos pelo Governo brasileiro.

Mais dever, menos superstição

JOÃO EMILIO FALCÃO
Repórter Especial

O presidente José Sarney é, reconhecidamente, um homem supersticioso. Não foi, porém, a recordação de que o presidente João Goulart encontrava-se na China em 61 quando os ministros militares de então quiseram cancelar sua posse o que fez o presidente Sarney cancelar sua viagem à Ásia.

A decisão do Presidente foi recebida no Congresso, no final da tarde de ontem, como uma manifestação do reconhecimento de que a crise econômico-social brasileira está cada dia mais grave, mas, também, como uma demonstração de que ele se dispõe a enfrentá-la.

Até 17 de maio, quando deveria começar a viagem, não haverá, ainda, uma definição sobre o processo da moratória que está sendo negociada pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Pelo contrário, em maio estará no Brasil uma negociação do Banco Mundial de fundamental importância. Se não houver acerto, o Brasil terá de se preparar para adotar medidas energéticas, quer na área externa, quer na interna.

O Presidente tem perfeita consciência de que a situação econômica é muito difícil. Na reunião de ontem, do Conselho Político, houve um longo debate entre o deputado José Lourenço (BA), líder do PFL, e o ministro da Fazenda sobre a situação das pequenas e médias empresas. Funaro está otimista, mas Lourenço acha que a situação se agravará.

Todos os indícios são de que o Presidente está decidido a realmente promover uma reforma no ministério. O rendimento de alguns ministros — José Hugo Castello Branco, Dante de Oliveira e mais

quatro ou cinco — não o está agradando. Claro que o Presidente pode demiti-los, mas não é do seu temperamento ações isoladas, pessoais. Foi por isto que, em 16 de março, dia seguinte após a posse dos governadores, o ministro do Gabinete Civil, Marco Maciel, em almoço com jornalistas convidados cinco dias antes, pregava a renúncia coletiva do ministério.

Agora, Marco Maciel dá novamente a tônica: deixará o ministério no início de maio. E um sinal de adeus, discreto, que o Governo está dando aos outros ministros. Como será a reforma, nem mesmo Maciel sabe ainda. Podem sair todos, ocorrer um remanejamento ou simplesmente a dispensa dos mais incompetentes. O que se sabe é que os ministros militares continuarão. As Forças Armadas, como tem dito o Presidente, são as únicas que não o preocupam.

Após a ordem econômica, a maior dificuldade do Presidente está no quadro trabalhista. O ministro Almir Pazzianotto é excelente, mas já não controla os sindicatos. A onda de greves está aumentando e já se fala, novamente, em outra paralisação geral. Os desdobramentos estão previstos para início de maio, com as eleições para os principais sindicatos.

Na área política, o Presidente da República está seguro de sua retaguarda após o encontro de Aureliano Chaves com o presidente Ulysses Guimarães. Ele sabe que ambos lhe darão sustentação na Constituinte, mas não o bastante para resolver, de imediato, o período de seu mandato. Essa é uma questão que ele não resolverá agora, mesmo can-

celando sua viagem ao Oriente. Terá, ao contrário, de esperar outubro ou novembro, quando a Constituição estará definida.

O Presidente tem consciência de que ninguém está pretendendo dar o golpe, derrubá-lo. Não que a insatisfação contra seu Governo não atinja quase todas as áreas. Não há quem esteja tramando um golpe, porque ninguém tem forças para isso. Os militares estão desgastados. O fato de oficiais da reserva estarem fazendo reuniões tem pouca importância, porque eles não têm armas. Os da ativa gostariam, ao que se fala, de maior autoridade, mas não há um general que seja condotierri.

Falar em golpe de políticos é bobagem nesta fase. Os governadores de São Paulo e Minas Gerais, os estados mais fortes, são políticos típicos, muito parecidos. Não há oposição tipo Carlos Lacerda, com penetração nos quartéis. Os grupos de esquerdas poderão, quando muito, agitar, provocar badernações etc., mas nunca dar um golpe.

O adiamento, pois, nasceu da consciência do Presidente da República de que é seu dever enfrentar as dificuldades do País. Ele não precisa temer o provérbio de quem vai ao ar perde o lugar, porque Ulysses Guimarães certamente o devolveria, mas seguramente pensa em como o povo o julgaria se fosse passear com o País em tantas dificuldades. Mais do que uma prova de seu espírito supersticioso, o Presidente, no entender dos políticos, está demonstrando que pode não ser um grande presidente, mas não é um irresponsável.